

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.205 - SC (2018/0340452-7)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : JUSSARA BERNARDI**  
**ADVOGADO : LUIGI MONDADORI - SC028317**  
**AGRAVADO : INDIANA SEGUROS S/A**  
**ADVOGADOS : LODI MAURINO SODRE - SC009587**  
**MARARRÚBIA SODRÉ GOULART - SC017388**  
**RICARDO ZEFERINO GOULART E OUTRO(S) - SC017739**  
**AGRAVADO : MB MICRO RESTAURACAO EIRELI**  
**ADVOGADO : JOSIANE HOFFMANN EGER E OUTRO(S) - SC025151**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (fl. 268, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. ATRASO INJUSTIFICADO NO CONserto DE VEÍCULO SINISTRADO. LAPSO PARA ENTREGA SUPERIOR A QUATRO MESES. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. RECURSO DA AUTORA.

PRETENSA REFORMA DA SENTENÇA E CONDENAÇÃO DAS RÉS POR DANO MORAL. INACOLHIMENTO. SITUAÇÃO VEXATÓRIA NÃO COMPROVADA. EXEGESE DO ART. 373, I, DO CPC DE 2015. MERO ABORRECIMENTO E DESCONFORTO. AUSÊNCIA DE DANO MORAL INDENIZÁVEL. SENTENÇA MANTIDA.

RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. HONORÁRIOS RECURSAIS DEVIDOS AOS PATRONOS DAS RÉS (ART. 85, § 11º, DO CPC/2015).

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação aos arts. 186, 421, 422 e 927 do Código Civil; 4º, III, e 14 do Código de Defesa do Consumidor.

Sustenta, em síntese, que o fato de ter sido privada por mais quatro meses da utilização de seu veículo, em razão da demora injustificada na prestação dos serviços pela oficina credenciada pela seguradora gerou danos morais indenizáveis.

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 288/291 e 292/300, e-STJ.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 302/304, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

O recurso não merece prosperar, uma vez que encontra obstáculo na Súmula 7/STJ.

Com efeito, o Tribunal de origem, à vista dos elementos fático-probatórios constantes dos autos, concluiu que a autora sofreu meros aborrecimentos cotidianos. Consignou-se que não houve falha na prestação dos serviços, que a empresa não foi negligente e, ainda, que o conserto do automóvel se mostrou complexo, o que retardou a sua devolução.

Cito, nesse sentido, trecho do acórdão recorrido (fls. 272/274, e-STJ):

Tocante a alegada ocorrência de dano moral, cabe mencionar de início que, consoante preceitua o art. 186 do Código Civil, "aquele que por ação, ou omissão voluntária, negligência ou imprudência violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". No mesmo sentido, o art. 927, caput, do mesmo diploma legal dispõe que "aquele que por ato ilícito (arts. 186e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo".

Adianta-se, todavia, que na hipótese dos autos, não restou caracterizado qualquer ilícito capaz de ensejar indenização por dano moral.

Especificamente no que compete a existência ou não de abalo anímico, a autora afirma que a demora de mais de quatro meses para conclusão do serviço ultrapassa qualquer prazo razoável, demonstrando a atuação desidiosa e ineficiente da empresa ré, o que ocasionou angústia, preocupação e incômodos que ultrapassaram a esfera do mero dissabor (fl. 238).

Diante disso, é necessário avaliar as consequências da conduta e se o evento efetivamente causou algum abalo, o que não ocorre na hipótese dos autos. Isso porque a ocorrência de tal fato não gera dano imaterial presumido, inclusive porque em nenhum momento a empresa apelante mostrou-se negligente ou houve qualquer falha na prestação do serviço.

Além disso, percebe-se facilmente através da análise dos documentos juntados aos autos (fls. 23-25 e 58-66), que, devido a quantidade de peças encomendadas e relação de serviços necessários ao reparo, o conserto do automóvel tornou-se complexo, o que, de fato, torna a prestação do serviço mais prolongada.

Como se sabe, "tanto a doutrina como a jurisprudência sinalizam para o fato de que os danos morais suportados por alguém não se confundem com meros transtornos ou aborrecimentos que a pessoa sofre no dia a dia. Isso sob pena de colocar em descrédito a própria concepção da responsabilidade civil e do dano moral. Cabe ao juiz, analisando o caso concreto e diante da sua experiência, apontar se a reparação imaterial é devida ou não" (Tartuce, Flávio. Manual de Direito Civil: volume único, 5. Ed. - Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015. p. 398).

Diante disso, verifica-se que não há nos autos qualquer prova de que a autora sofreu, devido ao evento, algum tipo de situação vexatória a ponto de ensejar abalo anímico - ônus probatório que lhe competia, por ser fato constitutivo de seu direito, a teor do art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015.

Registra-se ser aceitável que a situação envolvendo o atraso no conserto de seu veículo cause certo desconforto e dissabores, mas não houve qualquer consequência advinda da conduta das rés, tratando-se apenas de meros aborrecimentos cotidianos, os quais não são capazes de gerar abalo moral indenizável.

(...)

Sendo assim, inexistindo situação capaz de ensejar indenização por abalo moral em prol da autora, deve ser mantida a sentença.

Nesse contexto, verifica-se que rever o entendimento do acórdão recorrido ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório da demanda, providência vedada em sede de recurso especial, ante a Súmula 7 do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora

